

Batalha contra o espelho (ROBERTA MEDEIROS)

Pesquisa mostrou que 69% dos entrevistados pensam não ter uma boa imagem, pelo menos uma hora do dia. Mas há casos em que a insatisfação com a própria imagem chega a ser patológica. É quando surge o transtorno dismórfico corporal



As cirurgias plásticas viraram uma obsessão do cantor americano Michael Jackson, cujas intervenções começaram em 1984 e não pararam mais. Em uma entrevista concedida em 1993 à apresentadora americana Oprah Winfrey, o astro pop se descreveu como perfeccionista e "nunca satisfeito com nada", incluindo a sua aparência. Jackson não estava sozinho. Afinal, quem nunca se sentiu insatisfeito diante do espelho ao menos por um dia? Mas há quem confira dimensões extremas à conhecida fábula do patinho feio e transforme o próprio corpo num verdadeiro campo de batalha. São pessoas que sofrem de uma desordem psicológica chamada dismorfofobia ou transtorno dismórfico, que as faz alimentarem ideias irreais sobre a própria imagem corporal. É o caso da engenheira química C., de 39 anos, que teve sérios problemas devido à excessiva preocupação com a sua aparência física. Dizia que seu rosto se tornava flácido e que suas bochechas estavam prestes a desabar. Começou, então, a se sentir insegura a ponto de não sair na rua sozinha. Deixou de dirigir, ficando a maior parte do tempo em casa. Passou a ter espasmos no rosto e deixou até mesmo de falar. Exames clínicos, porém, não mostraram qualquer alteração na pele ou no tônus muscular do rosto de C., mulher jovem e de boa aparência.

O distúrbio foi relatado pela primeira vez pelo psiquiatra italiano Enrico Morselli, em 1886. À época, foi descrito como um sentimento de feiura ou defeito no qual a pessoa sente que é observada por outras, embora a sua aparência esteja dentro dos limites da normalidade. Por isso, o distúrbio recebeu o nome de "hipocondria da beleza". Somente nos Estados Unidos, o distúrbio atingiria cerca de 5 milhões de pessoas ou 2% da população. "Trata-se de uma certeza, muitas vezes delirante, de que uma parte do corpo não está bem. Enquanto a pessoa que alucina inventa o mundo, o delirante vê o mundo com outros olhos", compara o neurologista Edson Amâncio, autor do livro *O homem que fazia chover*. "Em geral, as queixas envolvem falhas imaginárias ou leves no rosto ou na cabeça, como acnes, cicatrizes, rugas ou inchaços", diz. Dificuldades sociais e conjugais ocorrem com as pessoas que têm o transtorno, dependendo da gravidade, a ponto de terem sua vida completamente desestruturada. "O prejuízo pode ser resultado do tempo que se gasta com a atenção ao corpo, em detrimento de outros aspectos da vida, quase sempre negligenciados", diz Amâncio. "Quem sofre da doença se olha com frequência no espelho ou em outras superfícies refletoras para checar a aparência, o que pode consumir muitas horas por dia numa atitude compulsiva bastante difícil de resistir", diz o neurologista. Outros, ao contrário, esquivam-se de espelhos em uma tentativa não bem-sucedida de diminuir o mal-estar e a preocupação.



Michael Jackson era obcecado por sua imagem. Tanto que realizou a primeira cirurgia plástica em 1984 - e nunca mais parou. Perfeccionista, ele dizia que nunca estava satisfeito com nada, nem com a sua aparência

Camuflagem

As queixas de quem tem preocupação exagerada com o corpo, entretanto, são vagas. Muitas pessoas evitam descrever seus defeitos em detalhes, podendo se referir à sua "feiura" em geral. Essas pessoas tentam camuflar seus defeitos imaginários com óculos escuros, bonés, luvas ou roupas. O psiquiatra e psicoterapeuta Geraldo Possendoro, professor da Unifesp, lembra que a crença de que algo está errado com o corpo pode extrapolar todos os limites. "A pessoa pode se queixar de que os poros do nariz estão muito abertos, por exemplo. Muitas vezes não há defeito algum ou o defeito é supervalorizado pelo paciente", diz Possendoro, para quem o problema muitas vezes está associado à baixa

autoestima. Os indivíduos com esse transtorno frequentemente pensam que os outros estão observando o seu "defeito", o que pode levar a uma esquiva das situações sociais que, levada ao extremo, chega até ao isolamento social. "Esses pacientes buscam e recebem tratamentos para a correção de seus defeitos imaginários, em uma peregrinação por diversos profissionais, principalmente cirurgiões plásticos, sem, no entanto, corrigir os supostos defeitos", diz Possendoro.

Dificuldades sociais e conjugais ocorrem com as pessoas que têm o transtorno, dependendo da gravidade

Alguns especialistas chegam a questionar se a anorexia poderia ser um caso de dismorfofobia, já que os indivíduos supervalorizam o tamanho do seu corpo e se angustiam com seu defeito imaginado. Já Possendoro defende o diagnóstico diferencial entre anorexia do transtorno dismórfico.

O tratamento inclui antidepressivos e psicoterapia. A literatura, no entanto, aponta a possibilidade de que o transtorno seja, na verdade, um delírio somático, uma crença irreal (e incorrigível pela argumentação) sobre o próprio corpo. "Nesse caso, o tratamento incluiria a administração de antipsicóticos associados a antidepressivos", diz Possendoro. "Quanto à história familiar, não existem dados que estabeleçam um padrão claro do transtorno dismórfico corporal com outros transtornos psiquiátricos", diz Amâncio.

Dismorfofobia e outros transtornos obsessivos

Pacientes com transtornos obsessivos têm maior atividade em uma determinada região do cérebro, o córtex pré-frontal, o que os leva a ter procedimentos de controle exagerados, como retornar à própria casa várias vezes para checar se o fogão ou o ferro de passar foram desligados. Ou seja, estão sempre em estado de alerta. Dos transtornos psiquiátricos, o que mais se assemelha em critérios diagnósticos com a fobia social é o transtorno dismórfico corporal. Em ambos, os pacientes apresentam ansiedade social elevada, esquiva de situações sociais e medo de crítica e comentários adversos sobre sua aparência. Isolamento social e falta de habilidade social geralmente estão presentes nos dois casos.

Herodotus

Transtorno dismórfico corporal é um novo nome para um velho transtorno. Ele tem sido descrito nas literaturas europeia e japonesa por uma variedade de nomes. A primeira referência aparece na história de Herodotus, no mito da garota feia de Esparta, que era levada por sua enfermeira, todos os dias, ao templo, para se livrar da sua falta de beleza e atrativos.

Neurose compulsiva

Emil Kraepelin (1856-1926), grande psiquiatra alemão, considerado o criador da moderna Psiquiatria devido às suas enormes contribuições científicas contidas ao longo das oito edições de seu *Tratado de Psiquiatria*, ocupou-se do tema dismorfofobia, introduzindo-o na oitava edição do *Tratado sob a rubrica de Neurose Compulsiva*. Considerou a dismorfofobia como uma das formas clínicas da série de medos obsessivos que surgem do contato com outras pessoas. É desta forma que a dismorfofobia assemelha-se à timidez, ao medo de provas e à antropofobia, entre outros.

Homem dos lobos

Entre os casos clínicos publicados por Freud, o do paciente Serguéi Constantinovitch Pankejeff ficou conhecido como o "Homem dos lobos". Ele iniciou sua análise com Freud em 1910 e apresentava, entre outros sintomas, uma preocupação excessiva com a aparência de seu nariz. Antes de iniciar a análise com Freud, já havia feito vários tratamentos e se consultado também com os médicos Theodor Ziehen, de Berlim, e Emil Kraepelin, de Munique. Esse histórico, com certeza, aumentou o interesse de Freud pelo caso, pois considerava esses dois importantes médicos como "rivals" de profissão.

Tipos de delírio

Alguns autores defendem que a dismorfofobia pode se apresentar como um tipo de delírio que se caracteriza pela presença de uma imagem distorcida em relação ao corpo. Conheça os tipos de delírio:

Delírio erotomaníaco

A pessoa acredita ser amada por uma pessoa que ocupa posição superior, como autoridades e artistas.

Delírio de grandeza

A pessoa está convencida de que tem ligação com personalidades importantes ou que tem um talento especial ou possui grande fortuna.

Delírio de ciúme

Sem motivo justo, a pessoa acredita que está sendo traída. Ela toma medidas extremas, às vezes tiranas, na tentativa de controlar o parceiro.

Delírio persecutório

É o tipo mais comum entre os paranoicos ou delirantes crônicos. O delírio costuma envolver a crença de estar sendo vítima de conspiração, traição, espionagem, perseguição.

Delírio somático

São formas de delírio em relação ao corpo. Os mais comuns dizem respeito à convicção de que a pessoa tem deformações de certas partes do corpo.



Narcisismo

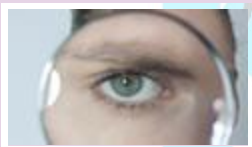
Para a psiquiatra Magda Vaissman, professora da UFRJ, transtornos de personalidade como narcisista, obsessivo-compulsivo e borderline podem predispor à dismorfofobia. "É muito frequente que o transtorno esteja associado ao narcisismo. Do ponto de vista psicanalítico, é um problema na elaboração do narcisismo primário. No complexo de Édipo, a criança sai do narcisismo para ir ao encontro do outro. Mas isso pode não ser bem elaborado, dando origem à personalidade narcisista", explica.

Em outros casos, a dismorfofobia está relacionada ao transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), no qual a pessoa se entrega a uma série de rituais de verificação do corpo, marcas e cicatrizes para afastar um pensamento incômodo ou intrusivo. A diferença do paciente com TOC em relação àquele que sofre de dismorfofobia é que, no primeiro caso, ele está convencido de que o pensamento intrusivo que leva à compulsão não é verdadeiro, embora não consiga se libertar, enquanto no segundo caso, a preocupação com o corpo é quase um delírio. "O quadro pode se apresentar como uma compulsão, no qual a pessoa segue uma série de rituais ou pode ocorrer ao nível do pensamento, que são as obsessões", analisa.

Os portadores do transtorno dismórfico se olham com frequência no espelho ou em outras superfícies refletoras para checar a aparência, de maneira compulsiva, durante várias horas por dia

Ela lembra que a vigorexia, uma espécie de dependência por exercícios físicos associada ao culto à imagem, pode ser uma variante da dismorfofobia. "A pessoa nunca está satisfeita com o corpo, acha que pode perder massa muscular, mergulha numa rotina extenuante de exercícios e, muitas vezes, recorre aos anabolizantes para manter o tônus muscular", diz Magda.

Critérios Diagnósticos do Transtorno Dismórfico Corporal



- A. Preocupação com um imaginado defeito na aparência. Se uma ligeira anomalia física está presente, a preocupação do indivíduo é acentuadamente excessiva.
- B. A preocupação causa sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.
- C. A preocupação não é mais bem explicada por outro transtorno mental (por exemplo, a insatisfação com a forma e o tamanho do corpo na anorexia).

Referência: Edson Amâncio, O homem que fazia chover Editora Barcarola

Cultura do belo

Uma entrevista feita com 162 homens e 184 mulheres pela divisão de Psicologia do Hospital das Clínicas, em São Paulo, mostrou que 69% dos entrevistados passaram pelo menos uma hora por dia pensando que não têm uma boa imagem. Mas o que leva cada vez mais pessoas a um descontentamento tão grande com a própria aparência?

Alguns especialistas chegam a questionar se a anorexia poderia ser um caso de dismorfofobia

O transtorno pode ser reflexo de uma sociedade obsessivamente preocupada pela estética corporal, que vende corpos nos meios de comunicação. "A nossa sociedade finge que o transtorno não é um problema. Há um individualismo exacerbado, as pessoas vivem isoladas, as famílias são desestruturadas... A cultura do belo incentiva a competição, o indivíduo vive mergulhado numa sensação de fracasso, ele sente que nunca vai chegar lá", afirma Magda. "O problema é que a maioria das pessoas com dismorfofobia não procura atendimento psiquiátrico, já que a sociedade incentiva a cultura do belo", analisa Magda. Outro motivo que afasta dismórficos dos consultórios é que muitos preferem se entregar ao bisturi. Pesquisa feita pelo Instituto InterScience revelou que 90% das mulheres e 65% dos homens afirmam sonhar com mudanças no próprio corpo. Do total, 5% já tinham feito alguma plástica e 90% já faziam planos de realizar a segunda. Entre aqueles que nunca fizeram uma cirurgia plástica, 30% declararam que esperavam ter coragem para realizá-la.

Um estudo feito pelo Observatoire Cidil des Habitudes Alimentaires (Ocha) em um universo de mil mulheres revelou que 86% delas se dizem insatisfeitas com suas medidas. Apenas 14% alegaram estar satisfeitas com o próprio corpo. O Brasil é o segundo no ranking dos países que mais realizam cirurgias plásticas, metade delas puramente estéticas - 40% lipoaspiração, 30% mamas, 20% face. A maioria foi realizada em pessoas de 20 a 34 anos. O número de jovens que colocaram próteses para "turbinar" os seios aumentou 300% nos últimos dez anos.

E não adianta o familiar contrariar o paciente que sofre do transtorno. "Quanto mais oposição se faz, mais se cria uma resistência por parte do paciente. O ideal é não incentivá-lo. O que a família pode fazer é mostrar que há outros prazeres na vida, que não o culto ao corpo, e fazê-lo entender que ele sofre de uma doença", aconselha Magda.

Essas pessoas podem apresentar fortes ideias suicidas. 13% dos pacientes psiquiátricos britânicos apresentam o transtorno. 75% das pessoas com dismorfofobia não se casam ou se divorciam, 70% têm ideias suicidas e 25% realmente se suicidam. 20,7% das pessoas que fazem cirurgias de rinoplastia têm um possível diagnóstico de dismorfofobia. Pesquisa feita pela Universidade de Utrech, na Holanda, mostra que as mulheres que se submetem a operações de implante mamário apresentam risco três vezes maior de cometer suicídio em relação às demais mulheres. 82,6% das pessoas que sofrem o transtorno se sentem insatisfeitas com os resultados das cirurgias. Existe a crença de que a próxima intervenção será a última. E assim, entram num circuito no qual a insatisfação é cada vez maior. Muitos casos vão parar na Justiça.



Assim como a dismorfofobia, a vigorexia é uma espécie de dependência por exercícios físicos associada ao culto à imagem, e mostra a insatisfação da pessoa com o próprio corpo

O problema nos faz questionar sobre a ética no exercício do cirurgião plástico. "O médico deveria estar preparado para identificar a dismorfofobia. O ideal seria uma interação entre o cirurgião e o psiquiatra ou o psicoterapeuta. Muitas vezes o profissional faz a correção daquilo que é um grande incômodo para o paciente, e esse desconforto em relação à aparência se desloca para outra região do corpo", observa Amâncio.

Outros transtornos somatoformes

O transtorno de somatização (historicamente chamado de histeria ou síndrome de Briquet) é um transtorno polissintomático que se inicia antes dos 30 anos, estendese por um período de tempo e é caracterizado por uma combinação de dor, sintomas gastrointestinais, sexuais e pseudoneurológicos.

O transtorno somatoforme indiferenciado que se caracteriza por queixas físicas inexplicáveis, com duração mínima de seis meses, abaixo do limiar para um diagnóstico de transtorno de somatização.

O transtorno conversivo envolve sintomas ou déficits inexplicáveis que afetam a função motora ou sensorial voluntária, sugerindo uma condição neurológica ou outra condição médica geral. Presume-se uma associação de fatores psicológicos com os sintomas e déficits.

O transtorno doloroso caracteriza-se por dor como foco predominante de atenção clínica. Além disso, presume-se que fatores psicológicos têm um importante papel em seu início, gravidade, exacerbação ou manutenção. A hipocondria é a preocupação com o medo ou a ideia de ter uma doença grave, com base em uma interpretação errônea de sintomas ou funções corporais.

O transtorno dismórfico corporal é a preocupação com um defeito imaginado ou exagerado na aparência física. O transtorno de somatização sem outra especificação é incluído para a codificação de transtornos com sintomas somatoformes que não satisfazem os critérios para qualquer um dos transtornos somatoformes.

Fonte: Psiqweb /G J Ballone

ROBERTA MEDEIROS é jornalista e colabora para esta publicação. **Revista PSIQUE, agosto de 2011.**

Homem natureza: e um divórcio ético (RENATO NUNES BITTENCOURT)

Problemas ambientais resultam da tentativa de construção de um mundo mais "confortável" que se afasta cada vez mais da "rudeza" da natureza. Um caminho, talvez, sem volta. Para Nietzsche, o progresso é uma ideia falsa

A ocorrência de constantes problemas ambientais em nosso planeta despertou a consciência humana para uma questão ética de grande importância: qual o destino de nossa civilização? Realizamos grandes feitos tecnológicos, obtivemos inúmeros avanços científicos; todavia, pensando criticamente, no que isso resultou de plenamente salutar não apenas para a vida humana e a estrutura social, mas também para a manutenção da ordem planetária? Dentro desse contexto de crise ambiental, Edgar Morin sentencia: "Estamos num período em que a disjunção entre os problemas éticos e os problemas científicos pode se tornar mortal se perdermos nossas vidas humanistas de cidadãos e de homens"¹.

Os avanços materiais da modernidade promoveram, de um lado, incontáveis melhorias nas condições de vida de um grande contingente da humanidade, mas, por outro, também ocasionaram a rápida exaustão dos recursos ambientais, assim como agitações nos grandes centros urbanos, poluição desenfreada, alteração abrupta no ritmo da vida cotidiana, dentre outras circunstâncias deletérias. Nessas condições, cabe a pergunta: qual o "preço" que devemos pagar pela manutenção de todo o nosso progresso material? Talvez se possa alegar que o progresso material não se efetive sem a ocorrência de alguns transtornos concretos. Konrad Lorenz, pensador dotado de grande senso poético em sua escrita, reflete que pouco nos admiramos quando observamos que o avanço da civilização se acompanha de um lamentável processo de tornar cidades e

campos cada vez mais feios.² Essa degradação estética da realidade circundante é apenas a crosta de um problema ainda mais terrível para o equilíbrio de todo o meio ambiente: a violentação da natureza pela anárquica expansão industrial.

Sem a afirmação da vida como critério, qualquer postulado ético se torna vazio. De nada adianta criarmos formalismos éticos que não favorecem a saída do ser humano do estado de miséria existencial no qual ele se encontra, ao explorar inconsequentemente o meio ambiente. Wilton Borges e Jelson Oliveira, autores de um ensaio sobre a ética socioambiental, afirmam que, em busca de certo conforto tecnológico, desenvolvemos a ideia de que a natureza é inóspita e inimiga, algo a ser dominado pela tecnologia: asfalto, construções, grandes obras; tudo isso não passa de uma tentativa de construção de um lugar confortável e seguro, distante da "rudeza" e "selvageria" da vida natural³. Será que o medo do homem civilizado em relação à natureza não decorra diretamente da introjeção da consciência de culpa por todas as arbitrariedades cometidas contra o meio ambiente em nome do progresso civilizatório, da razão? Suportamos os mais absurdos níveis de poluição sonora no cotidiano dos grandes centros urbanos e nos entediamos com os sons naturais dos animais. A motorização da mente humana degrada cada vez mais nossa percepção, tornando-nos dependentes de barulho para que possamos nos sentir existencialmente confortáveis.



NESSAS CONDIÇÕES, CABE A PERGUNTA: QUAL O "PREÇO" QUE DEVEMOS PAGAR PELA MANUTENÇÃO DE TODO O NOSSO PROGRESSO MATERIAL?

A disposição tecnicista estabeleceu uma ruptura entre a condição humana e a natureza. Se nas comunidades tribais é impossível pensarmos o ser humano separado da natureza circundante, tal separação, na estrutura civilizada, é a regra. Mediante tal princípio, o desejo humano de controlar de forma absoluta a natureza se cristalizou. A confiança incondicional da sociedade moderna no progresso da técnica mascarou a contraparte desse processo: a necessidade de se explorar ad initum os recursos naturais de um modo imediatista e inconsequente, sem que houvesse maiores preocupações com os resultados concretos desses abusos, não apenas para o meio ambiente, mas para o próprio ser humano. Afinal, a obsessão pelo progresso material obscurece a visão dos sectários do tecnicismo incondicional. Podemos afirmar que o exorbitante desenvolvimento material característico da era moderna não se fez acompanhar de um equivalente desenvolvimento ético, não apenas no que se refere à situação da vida humana em sua relação com os demais indivíduos, mas também em relação ao meio ambiente.



Como bem observou Konrad Lorenz, o ser humano se acostumou ao progresso acompanhado de uma lamentável degradação das cidades. Não há mais espanto e o nosso redor se tornar cada vez mais feio

Tal circunstância talvez explique a incongruência existente entre o avanço da estrutura civilizatória da qual fazemos parte e o empobrecimento existencial da condição humana, dominada pelo irrefreável dispositivo tecnicista, assim como a degradação das forças vitais da Terra. A ameaça de um iminente futuro catastrófico para a humanidade exige a mudança imediata em nossa relação para com a natureza. Dentre os inúmeros fatores de risco ambiental em nossa atual ordem planetária encontra-se a crise do aquecimento global. Todavia, até então ainda não foram adotadas medidas concretas que visem a atenuar esse distúrbio, prolongando-se assim o impasse desse fator de risco para o futuro da vida sobre a Terra. Conforme aponta Anthony Giddens, "visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarem medidas sérias será, por definição, tarde demais"⁴



O FILÓSOFO ALEMÃO - Hans Jonas (1903- 1993) tratou dos problemas sociais e éticos trazidos com o advento da tecnologia. É conhecido pela obra O Princípio responsabilidade

Podemos afirmar que a causa desse impasse de consequências catastróficas para o futuro da humanidade reside na ausência de um verdadeiro planejamento político que proponha uma mudança radical e imediata na relação do "homem civilizado" para com a natureza, assim como o estabelecimento de um efetivo cuidado ambiental que sirva de parâmetro norteador não apenas para a nossa geração atual, mas para as vindouras. De acordo com Hans Jonas, em vista do potencial quase escatológico dos nossos processos técnicos, o próprio desconhecimento das consequências últimas é motivo para uma contenção responsável - a melhor alternativa à falta da própria sabedoria⁵. Contudo, as vantagens econômicas obtidas pela estrutura empresarial que se beneficia da exploração desmedida dos recursos naturais impedem que se efetivem as necessárias transformações nesse método de usufruto inconsequente dos recursos naturais, ainda que a custo da sobrevivência da própria humanidade.

Os problemas ambientais que nossa ordem planetária vivencia nos alertam para uma questão de grande importância para o futuro da humanidade: como conciliar o uso adequado dos recursos naturais com o desenvolvimento das inovações técnicas? Tal pergunta se faz crucial em nossa conjuntura contemporânea, pois durante séculos a humanidade se utilizou dos bens naturais como coisas predestinadas ao seu usufruto particular, sem que houvesse qualquer preocupação com as consequências posteriores do uso desmedido desses gêneros. A pretensa superioridade racional da condição humana sobre a natureza serviu de legitimação ideológica para a sua exploração incondicional. Tudo se curva e se cala quando se atua em nome da civilização, eis a palavra de ordem do homem alienado da consciência natural. Wilton Borges e Jelson Oliveira destacam que, "baseado no poder indissolúvel da razão, o homem técnico é quem acredita que o mundo precisa ser reordenado, corrigido e melhorado, em função da realização das necessidades das gerações presentes. Para tanto, lança mão da técnica como mero instrumento capaz de compor o cenário dessa possessão do real e de responder às suas demandas de forma ingênua (e, por isso mesmo, calamitosa)⁶.



Talvez, o medo do homem civilizado em relação à natureza decorra da consciência de suas arbitrariedades

Ética dissimulada

No decorrer da história, pudemos notar algumas tentativas de frear a degradação da natureza. Em 1988, foi aberta a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá, seguida por outro evento realizado em Sundsvall na Suécia, denominado IPCC's First Assessment Report. Esses dois eventos culminaram num tratado importante denominado Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, foi firmado por quase todos os países do mundo e prezava pela estabilidade da concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis tais que evitem a interferência perigosa com o sistema climático. Outro fruto importante dessas reuniões foi o chamado Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, que constituía em tratado internacional com compromissos rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Entretanto, o fracasso desse protocolo, sobretudo a não participação do maior emissor de poluentes do mundo, os EUA, é um exemplo de como a necessidade de preservação da natureza não vence os interesses econômicos e encontros como esse parecem apenas fingimento de uma ética que o homem não aprendeu a ter.

As mazelas ambientais que continuamente assolam a Terra exigem que formulemos uma nova forma de compreender a realidade circundante, não mais fundamentada apenas na exaltação da excelência da humanidade e do seu poder transformador da natureza, mas também na preservação saudável do planeta: este, compreendido de uma forma holística, é um grande ser vivo do qual fazemos parte de maneira indissociável. Conforme salientam Wilton Borges e Jelson Oliveira, "a vida humana continua sendo o critério ético fundamental, mas é preciso reconhecer que ela não existe isoladamente, e mais: que ela se inter-relaciona com todas as outras formas de vida no planeta"⁷.

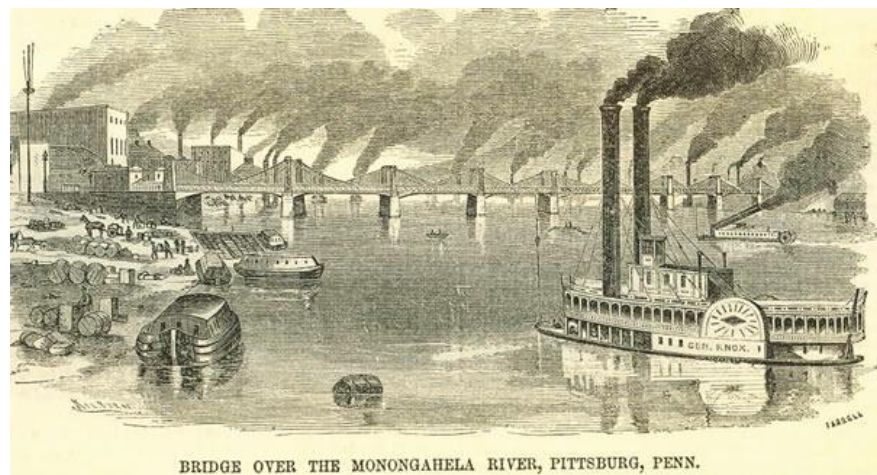
O progresso material e o avanço tecnológico característicos da era moderna não foram acompanhados de sua contraparte ética. Com efeito, adquirimos um extraordinário índice de desenvolvimento técnico, mas nem por isso conseguimos desenvolver um padrão de organização social que efetivamente possa ser adjetivada como "civilizada": tal padrão se realizaria, a rigor, somente a partir do estabelecimento da qualidade de vida, da convivência harmoniosa entre os indivíduos e a realização pessoal no mundo do trabalho e da própria existência privada.

ESSA SITUAÇÃO DEGRADANTE CRIA ASSIM UMA ESPÉCIE DE MECANIZAÇÃO DO HOMEM, MERA PEÇA DE UM SISTEMA SOCIAL QUE SE PERPETUA À CUSTA DA EXAUSTÃO DA SUA PRÓPRIA VITALIDADE

Apesar de todo o seu progresso material e intelectual, a ordem civilizatória vigente é cada vez menos adequada para manter a sanidade mental da humanidade, minando a sensação individual de segurança interior, verdadeira satisfação e a

capacidade de interação interpessoal. Conforme argumenta Nietzsche, "ao contrário do que hoje se crê, a humanidade não representa uma evolução para algo de melhor, de mais forte ou de mais elevado. O 'progresso' é simplesmente uma ideia moderna, ou seja, uma ideia falsa. O europeu de hoje vale bem menos do que o europeu do Renascimento; desenvolvimento contínuo não é forçosamente elevar-se, aperfeiçoar-se, fortalecer-se"⁸.

As colocações nietzschianas se aplicam perfeitamente ao problema abordado, retratando justamente uma cáustica crítica ao mito moderno do progresso tal como propagado pela cultura europeia, seja na Filosofia Positivista como nas suas aplicações concretas. O Positivismo propõe como lema o Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim. Podemos então afirmar que o tecnicismo jamais amou a natureza, explorando-a desordenadamente em nome do fabuloso progresso. As inovações técnicas do mundo moderno trouxeram consigo um contraponto



BRIDGE OVER THE MONONGAHELA RIVER, PITTSBURG, PENN.

Iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, a Revolução Industrial foi o primeiro passo concreto do homem em busca do desenvolvimento material e tecnológico. Desde o princípio, os cuidados com o meio ambiente eram ignorados

Mesmo sob a perspectiva da moral, o desenvolvimento da tecnologia não estimulou o aprimoramento da consciência ética do ser humano; pelo contrário, conforme os acontecimentos do século XX demonstram, o poder de destruição do ser humano se amplia na medida em que se obtêm avanços tecnológicos, utilizados, obviamente, para fins egoístas. O preço do progresso material, desvinculado da possibilidade de haver o tão propalado "progresso moral" da condição humana, assim como também o desenvolvimento contínuo das suas forças vitais e do cuidado adequado com a natureza, se caracteriza por estabelecer um divórcio simbólico do homem em relação ao mundo circundante, gerando ainda todo tipo de opressão internacional através das guerras imperialistas.

Essa situação degradante cria assim uma espécie de mecanização do homem, mera peça de um sistema social que se perpetua à custa da exaustão da sua própria vitalidade. Conforme destaca Nietzsche: "Hybris é hoje nossa atitude para com a natureza, nossa violentação da natureza com ajuda das máquinas e da tão irre' etida inventividade dos engenheiros e técnicos"¹⁰. Constatamos, assim, que Nietzsche já enuncia uma importante preocupação com os projetos de exploração da natureza realizados pela moderna cultura tecnicista que, no afã de obtenção de riqueza imediata, motivou perdas irreparáveis na estrutura natural do planeta.



Com seus inúmeros avanços tecnológicos, o homem passa a se tornar vítima de suas próprias criações. Mas seria possível o progresso sem a degradação da natureza? E se a resposta fosse não, que mundo o homem escolheria?

A crítica ao uso ideológico na noção de "progresso" empregado pela sociedade moderna já enuncia os lampejos de uma nova maneira de se relacionar com a natureza circundante, e para tanto é necessário que o indivíduo se compreenda como alguém que faz parte de um grande todo orgânico que é o âmbito natural. Tal como argumentam Wilton Borges e Jelson Oliveira, "o ser humano é mais do que o pensamento científico, do que um ser que pensa. Por isso, na Ética de Gaia, é preciso reinventar outro modelo de ser humano, para construir a partir daí outra Ciência sobre a Terra, mais afetiva e mais alegre"¹¹.

O desenvolvimento tecnológico somente é pertinente para a vida quando é capitaneado em favor do efetivo aprimoramento das condições existenciais de todos os seres humanos e do meio ambiente como um todo, favorecendo ainda a formação de uma consciência de integração planetária a partir da cooperação internacional pelo estabelecimento de uma civilização sustentável. A busca contemporânea pelo estabelecimento de uma vida sustentável nasce de uma tentativa de se conciliar os benefícios materiais proporcionados pelo progresso técnico com o uso consciente dos recursos naturais. Portanto, a grande questão que se apresenta na re' exão crítica do ideário do progresso não consiste em negar a existência da tecnologia, mas em se fazer uso dela em favor do aprimoramento autêntico da qualidade de vida humana, e para tanto, se torna necessário o estabelecimento de uma experiência ética na qual o projeto moderno do progresso se associe ao rigoroso cuidado com a preservação da natureza. Por conseguinte, é salutar que se estabeleça tal crítica ao lado "obscuro" que perpassa a realização técnica subjacente ao conceito de progresso, pois este apenas se estabeleceu à sua dimensão material, mas não em sua acepção existencial, orgânica, de maneira a proporcionar rigorosamente o desenvolvimento da saúde efetiva do ser humano e a compreensão de sua unicidade fundamental com a natureza.



O progresso material deveria beneficiar o homem e sua vida, mas na prática, vemos a disparidade econômica cada vez mais acentuada, pobreza, sujeira, desastres naturais. Frutos cruéis deste desenvolvimento desenfreado

RENATO NUNES BITTENCOURT. Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ, professor do curso Comunicação da Faculdade CCAA, do departamento de Filosofia do Colégio Pedro II e da Faculdade Flama. Membro do Grupo de Pesquisa Spinoza & Nietzsche. **Revista FILOSOFIA, agosto de 2011.**

Bang Bang. Cinismo e Mortes (MALU FONTES)

ENQUANTO grupos políticos, em Brasília, cada vez mais se assemelham a quadrilhas brigando de foice por e para tirar cada moeda possível dos cofres públicos, ao ponto de um ministro de Estado, numa espécie de chantagem nada velada para bom entendedor, insinuar que se uns continuarem denunciando os outros vai haver derramamento de sangue entre irmãos e todos morrerão, no chão do país de verdade quem está morrendo mesmo é a população desprovida de saúde. Nos últimos dias, um exemplo nacional e outro local exibidos pela televisão estamparam o quanto o mar de corrupção e as intrigas políticas geradas em torno dele se traduz no dia a dia na ausência do estado na vida de quem precisa ou na prestação de serviços inclassificáveis de tão desumanos.

Em agosto, os telespectadores baianos foram assombrados por imagens de um exército de mais de 2.000 pessoas doentes derretendo de calor, cansaço e sofrimento físico em frente ao Hospital Ana Nery, indicado pelo poder público como o hospital de referência em cardiopatia. Embora nada justifique a presença de dois milhares de pessoas implorando por atendimento médico desde a madrugada até o meio da tarde para pegar esse perverso direito de voltar para casa com esperança de ser atendido um dia, ou seja, o direito à tal da senha para obter uma ficha, os responsáveis pela unidade vieram para a frente das câmeras explicar que havia ocorrido tão somente um erro no sistema de agendamento. Para quem via as imagens e o desespero das pessoas no local era impossível aceitar a tese de que tudo poderia ser reduzido a um erro de sistema.

VALE-FUNERAL - Um outro argumento sempre usado pelo ajuntamento desumano de gente doente em porta de hospital é o de que as pessoas, se doentes e sem possibilidades de atendimento, jamais devem vir para a capital em busca de atendimento. O discurso é belo e aparentemente funcional: devem procurar as prefeituras locais, cadastrar-se e esperar que estas providenciem o agendamento do atendimento em Salvador, via centrais de regulação. Quem acreditar na eficiência desse sistema ganha um doce e quicá um vale-funeral. O povo, que de muito bobo só tem a aparência, sabe que a política pública da regulação do atendimento entre prefeituras e sistema único de saúde na capital pode ser perfeitamente traduzível, com raríssimas exceções, por uma sentença do tipo: esperem, em seu município, passivamente, a morte chegar. Não venha tumultuar as portas dos hospitais com sua pressa por atendimento, pois não há vagas, não há leitos disponíveis. Essa é a tradução da regulação. Um dia antes de um ministro, Mário Negromonte, do PP, baiano, inclusive, quando submetido a denúncias de ter criado um mensalinho para remunerar o apoio dos colegas de bancada mais pragmáticos, dizer, em tom de ameaça, que "em briga de família, irmão mata irmão, e morre todo mundo. Por isso eu disse que isso vai virar sangue", quem praticamente morria em uma maternidade de referência, em Belém, que lhe batera a porta na cara, era uma mulher em trabalho de parto de gêmeos. Os bebês nasceram mortos e, independentemente de a causa mortis ter sido

a negligência, é impossível compreender que uma mulher em sofrimento de parto tenha duas portas na cara em duas maternidades diferentes e acabe parindo bebês mortos em uma viatura do Corpo de Bombeiros.

DONO DE CAPITANIA - Bastou o Jornal Nacional ir à maternidade para o discurso surreal de sempre recomençar. Não se sabe de quem é a culpa, os médicos que estão na ponta de um sistema perverso não podem se tornar bode expiatórios, as maternidades já estavam superlotadas e a culpa é do sistema como um todo. Sim, a culpa é do sistema, mas não apenas o de saúde, mas o político, ético e moral do país. O impostômetro instalado em São Paulo corre voraz todos os dias anunciando quantos milhões, bilhões, os brasileiros deixam nos cofres públicos a cada bala que compram e a cada salário que recebem. O sistema que faz faltar dinheiro para maternidades ampliarem vagas, instalar leitos, contratar médicos ou para a construção de novos hospitais é o mesmo que sempre dá um jeito de reservar um dinheirão para mensalinhos e para o combustível dos helicópteros da Polícia Militar do Maranhão que conduzem o mais prestigiado dono de capitania hereditária do Brasil, José Sarney, em sobrevoos para ver as belezas de sua ilha de estimação no estado. E ele sente-se tão à vontade com isso que se permite brincar a respeito publicamente.

No mesmo dia em que a realidade da maternidade em Belém onde houve a negação de atendimento à mãe dos gêmeos mortos no parto mudou completamente, por conta da presença das câmeras do Jornal Nacional, nobres senadores, quem sabe estimulados pelo clima Negromonte de insinuar morte de irmão e sangue, trocaram acusações no plenário e por conta não encenaram um bang bang de sopapos. Os afagos morais oscilavam em torno de termos como safado, débil mental, louco e moleque. Em Belém, o representante dos médicos dizia que estes não podem ser o bode expiatório da crise na saúde. Autoridades do sistema de saúde e jurídico diziam ter havido falta de solidariedade no caso da grávida.

Todos têm razão sob seu ponto de vista, enquanto o mais elementar fica desfocado: os homens públicos que deveriam empreender todos os esforços para reduzir o sofrimento humano no país, estão mesmo é exercendo o cinismo, as ameaças, as chantagens à companheirada e interessados tão somente na briga por poder, cargos e desvios de dinheiro. Pacientes em desespero e médicos incapazes de dar conta da demanda que se entendam e se acusem entre si por negligências e mortes. Esse é o recado que boa parte de ministros, deputados e senadores mandam de Brasília. Justo Veríssimo é a tendência no Planalto Central.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em **28 de agosto de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA.** maluzes@gmail.com

Encruzilhada brasileira (MARCIO POCHMANN)

O PROCESSO democrático das três últimas eleições nacionais conformou uma nova maioria política comprometida com a sustentação do atual ciclo de expansão econômica. A antiga maioria política, constituída pela Revolução de 30, e que por cinco décadas conduziu o projeto de industrialização nacional, desfez-se com a crise da dívida externa (1981-1983). A imposição imediata da queda na taxa de lucro do setor produtivo se manteve sobretudo pelas medidas macroeconômicas de esvaziamento do mercado interno em prol de alta exportação e baixa inflação.

Nesse contexto, as alternativas implementadas por acordos políticos de ocasião buscaram compensar o sentido redutivo da taxa de retorno dos investimentos produtivos por meio da crescente valorização dos improdutivos ganhos financeiros. Assim, o Brasil mudou da macroeconomia da industrialização para a da financeirização da riqueza, com elevados ajustes fiscais. Nos anos 1990, por exemplo, a sustentação do custo ampliado com o pagamento do endividamento público, derivado de altas taxas de juros reais, se mostrou capaz de repor aos grupos econômicos tanto o retorno econômico perdido pelo fraco desempenho da produção como a garantia do próprio sucesso eleitoral. Mesmo assim, os sinais de regressão econômica e social tornaram-se maiores.

Nas eleições de 2002 a 2010, contudo, fortaleceu-se inédita força política gerada pela aglutinação dos setores perdedores do período anterior com parcela crescente de segmentos em trânsito do ativo processo de financeirização da riqueza para o novo ciclo de expansão dos investimentos produtivos. Com isso, reacendeu-se o compromisso da maioria política emergente com a manutenção da fase expansiva da economia, embora dúvidas permaneçam em relação ao perfil do desenvolvimento brasileiro. A encruzilhada nacional dos próximos anos reside aí: o resultado da disputa no interior da maioria política pelo Brasil da Fama (fazenda, mineração e maquiladoras) ou pelo Brasil do Vaco (valor agregado e conhecimento). O cenário atual de moeda nacional valorizada faz avançar o Brasil dependente da exportação de matérias-primas e da geração de produtos internos com forte conteúdo importado. Dessa forma, a taxa de investimento abaixo de 20% do produto é suficiente, assim como a contenção da inovação tecnológica, suprida por compras externas. O Brasil da Fama cresce, gerando mais postos de trabalho na base da pirâmide social e ocupando maior espaço global. Sua autonomia e sua dinâmica parecem menores diante dos imutáveis graus de heterogeneidade econômica e social que marcam o subdesenvolvimento.

O Brasil do Vaco, por outro lado, pressupõe reafirmar a macroeconomia do desenvolvimento sustentada em maior valor agregado e conhecimento. A superimpulsão dos investimentos é estratégica, pois gera agregação de valor em cadeias produtivas e ampliação da inovação tecnológica e educacional. Assim, o novo desenvolvimento brasileiro rompe com o atraso secular da condição subordinada do Brasil no mundo.

MARCIO POCHMANN, professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas, é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Angra 3 é uma questão ética (ALFREDO BOSI)

SE A CONSTRUÇÃO de uma usina nuclear fosse apenas uma questão técnica, seria reduzido o número das pessoas capazes de opinar sobre o assunto. Mas os riscos a que estão sujeitas as populações que vivem perto dos reatores são inegáveis. Como nenhum cientista pode afirmar que o risco é zero, a questão passa a ser ética.

Como delegar a sorte de milhares de cidadãos à onipotência de alguns tecnocratas e aos interesses desta ou daquela empresa? Um programa sem o respaldo da opinião pública esclarecida é acintosamente antidemocrático. O referendo italiano que rejeitou maciçamente as usinas nucleares é modelo de participação popular. Talvez seja o caso de imitá-lo.

Na Alemanha, a decisão do governo de suspender o programa nuclear atendeu a um movimento cívico que exige investimento em formas de energia renováveis e seguras. Por que o BNDES se dispõe a malbaratar bilhões de dólares em Angra 3 em vez de aplicar esse capital, arrancado aos contribuintes, na difusão em larga escala daquelas formas de energia? As empresas nucleares preferem privatizar benefícios e socializar prejuízos, no caso, perigos.

Mas não há dinheiro que possa indenizar câncer hepático ou leucemia nas crianças vítimas dos vazamentos. O cidadão brasileiro tem o direito de perguntar: o que será feito com o lixo de Angra 1, 2 e 3? Que direito temos de legar aos pósteros esse pesadelo?

O presidente Bush autorizou a remoção dos rejeitos para depósitos a serem cavados em Yucca Mountain, mas a população do Estado de Nevada e as comunidades indígenas que lá vivem há séculos rebelaram-se contra uma decisão que violava o seu território. Obama prometeu revogar o decreto do antecessor, mas o impasse continua.

Físicos da envergadura do saudoso Mário Schenberg (que condenou a instalação de uma usina em Iguape), J. Goldemberg, Pinguelli Rosa, Cerqueira Leite, Ildo Sauer e Joaquim Carvalho alertam para o caráter desnecessário da energia nuclear no Brasil. As potencialidades de nossa biomassa, bem como de outras fontes renováveis, fornecem base segura para um desenvolvimento sustentável.

Nossos cientistas são evidentemente favoráveis a pesquisas na área nuclear que tenham aplicações na biologia, na medicina e na agricultura. A energia nuclear é cara. Dados do Greenpeace: "O preço da tarifa ao consumidor pode sair por US\$ 113/MWh, contra US\$ 74/ MWh da energia gerada pela biomassa e US\$ 82/MWh da eólica". Arriscada, desnecessária, cara..., mas dirão que é limpa; desde quando lixo atômico é sinal de limpeza?

O enriquecimento do urânio depende de eletricidade gerada por combustíveis fósseis, como o carvão. Duas das minas de carvão mais poluentes dos Estados Unidos, em Ohio e em Indiana, produzem eletricidade para enriquecer urânio. É o que informa B. Sovacool no número 150 da "Foreign Policy". Enfim, uma boa notícia. A OAB anunciou, em 4 de julho de 2011, que está recorrendo ao Supremo Tribunal Federal exigindo que a eventual retomada das obras de Angra 3 só possa fazer-se com autorização do Congresso Nacional e mediante nova legislação federal.

Assim o requer a Constituição de 1988. Que os parlamentares ouçam a voz dos eleitores e não se dobrem às pressões de empresários gananciosos e políticos desinformados.

ALFREDO BOSI, 74, é professor emérito da USP, membro da Academia Brasileira de Letras e participante da Coalizão Brasileira contra as Usinas Nucleares. **Folha de São Paulo**, agosto de 2011.

O capitalismo está condenado? (NOURIEL ROUBINI)

As autoridades financeiras mundiais já tiraram vários coelhos da cartola, mas eles parecem ter acabado

A IMENSA instabilidade e a correção acentuada nos preços das ações que vêm varrendo os mercados mundiais sinalizam que as economias mais avançadas estão à beira de uma recessão de duplo mergulho.

Uma crise econômica e financeira causada pela dívida excessiva do setor privado resultou em endividamento pesado do setor público, em razão das medidas tomadas para impedir uma Grande Depressão 2.0. Mas a recuperação subsequente vem sendo anêmica e fica abaixo dos padrões usuais na maioria das economias avançadas, em consequência do doloroso processo de redução das dívidas privadas. Agora, uma combinação entre preços elevados para petróleo e commodities, tumultos no Oriente Médio, o terremoto/tsunami no Japão, as crises da zona do euro e os problemas fiscais dos Estados Unidos (que acabam de ter seus títulos de dívida rebaixados) resultou em alta acentuada na aversão a riscos.

Economicamente, os EUA, a zona do euro, o Reino Unido e o Japão funcionam em marcha lenta. Mesmo os mercados emergentes de crescimento rápido e as economias avançadas cujo foco são exportações que dependem desses mercados (Alemanha e Austrália) estão vivendo severa desaceleração. Até o ano passado, as autoridades econômicas sempre se provaram capazes de tirar um coelho da cartola e reflacionar os preços dos ativos, deflagrando uma recuperação econômica. Estímulo fiscal, taxas de juros próximas de zero, duas rodadas de "relaxamento quantitativo", esforços de contenção das más dívidas e trilhões de dólares em resgates e injeções de liquidez para bancos e instituições financeiras: as autoridades já tentaram tudo isso, mas agora os coelhos parecem ter acabado.

A política fiscal no momento causa arrasto para o crescimento econômico tanto na zona do euro como no Reino Unido. Mesmo nos Estados Unidos, os governos estaduais e locais, e agora o governo federal, cortam gastos e reduzem transferências. Em breve, estarão elevando impostos. Outra rodada de resgates aos bancos é politicamente inaceitável e economicamente inviável. A maioria dos governos, especialmente na Europa, está em situação tão precária que não é

Prof. Lucas Rocha

possível bancar resgates. O grau de risco de seus títulos vem até alimentando preocupações sobre a saúde dos bancos europeus, que detêm o maior volume desses papéis hoje precários.

E a política monetária tampouco pode ajudar. O relaxamento quantitativo fica limitado pela inflação acima da meta na zona do euro e no Reino Unido. O Federal Reserve provavelmente iniciará uma terceira rodada de relaxamento quantitativo (QE3), mas ela virá tarde demais e em montante insuficiente. Os US\$ 600 bilhões do QE2, em 2010, e mais US\$ 1 trilhão em cortes de impostos e transferências de renda aos cidadãos mal produziram crescimento anualizado de 3% durante apenas um trimestre. Em seguida, o crescimento caiu para menos de 1% no primeiro semestre de 2011. O QE3 será muito menor e fará menos para reflacionar os preços dos ativos e restaurar o crescimento.

Depreciação cambial não é uma alternativa viável para todas as economias avançadas: todas elas precisam de moedas mais fracas e de melhores balanços comerciais a fim de restaurar o crescimento, mas não é possível que todas as obtenham ao mesmo tempo.

Por isso, depender das taxas de câmbio para influenciar a balança comercial é um jogo em que a vantagem de alguns resultará em desvantagem para outros. Portanto, temos guerras cambiais no horizonte - Japão e Suíça já travam as primeiras batalhas para enfraquecer suas taxas de câmbio. Com o tempo, as economias avançadas terão de investir em capital humano, capacitação profissional e redes de segurança social, a fim de elevar a produtividade e permitir que os trabalhadores concorram, sejam flexíveis e prosperem. A alternativa -como vimos nos anos 1930- será estagnação infinda, depressão, guerras cambiais e de comércio, controles de capital, crise financeira, bancarrotas nacionais e imensa instabilidade social e política.

NOURIEL ROUBINI é presidente da Roubini Global Economics, professor da Escola Stern de Administração de Empresas (Universidade de Nova York) e coautor do livro "Crisis Economics". **Folha de São Paulo, agosto de 2011.** Este artigo foi distribuído pelo Project Syndicate. Tradução

de **PAULO MIGLIACCI**

Casamento e casamentos (ALDO PEREIRA)

BELO MASSABA, curandeiro nigeriano de 87 anos, já casou em rito muçulmano com 107 mulheres. Descontadas nove que já morreram e 12 que repudiou em divórcio, ele coabita com 86, de idades que vão de 19 a 64 anos. Dos 185 filhos, sobrevivem 133; o caçula nasceu em abril último.

Embora excepcional, a família Maasaba é exemplo válido de uma instituição universal, o casamento fértil, processo natural de regeneração biológica e estabilidade social humana; sem tal casamento, não teríamos evoluído até aqui. Igualmente próprio de toda sociedade humana é o status superior da mãe casada em relação às mulheres que, tenham filhos ou não, sejam descasadas, solteiras ou mesmo viúvas. À parte méritos ou deméritos, justiça ou injustiça, fato é que, considerada apenas em si, a maternidade dignifica a mulher.

Alfred Korzybski (1879-1950) recomendava que certos termos fossem distinguidos por "índices"; isto é, qualificativos numéricos ou de data, para evidenciar nuances de significado. Por exemplo, casamento1950 e casamento2011. O uso dos "índices" não vingou, faltou-lhes necessária validade prática. Mas, sem extrapolar o julgamento da "semântica geral" inventada por Korzybski, há evidente procedência na distinção. Isoladamente, o termo casamento evoca modelo algo idílico: jovem casal que pactua colaborar na formação de uma família, sabedor dos sacrifícios concomitantes e animado por pouco mais que o prestígio inerente a tal responsabilidade Korzybski talvez categorizasse tal instituição como casamento1.

Genericamente, casamento_x é um contrato que, em sociedades monógamas, confere a duas pessoas status legal distinto, decorrente de certos direitos e deveres mútuos livremente assumidos por elas. Cabe ao Estado, em seu papel de garantidor de contratos, formalizar a validade diversificada dessa realidade civil. Isto é, reconhecer não apenas casamento1, mas também casamento2, casamento3 e casamento_{etc.} (Korzybski recomendava o etc. para tais indeterminações.)

Afinal, nestes novos tempos, de novos costumes e de recursos contraceptivos, muito mais gente casa sem ser jovem nem ter propósitos de procriação. Por que não admitir, afora casamento_{xy}, também categorias de casamento_{xx} ou casamento_{yy} para legalizar uniões hoje interditas à perseguida minoria homossexual? A relutância legislativa em codificar "de jure" tal situação "de facto" configura mais uma das contumazes prevaricações do Congresso. Intimidado, no caso, por vociferações da direita bíblica. (Embora a reprovação do lesbianismo pareça ambígua em Romanos 1-26, a sanção de Levítico 20:13 é explícita: morte aos homens homossexuais.)

Mas se caducas prescrições do Levítico valessem hoje, seria legal comerciar escravos (e escravas, tabeladas a preços de 40% a 50% inferiores). Seria ilegal consumir frutos do mar, camarão e presunto. E seria proibido -atenção, moçada- adornar o corpo com tatuagem.

ALDO PEREIRA é ex-editorialista e colaborador especial da **Folha**. E-mail: aldopereira.argumento@uol.com.br. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Os sem-iPad (LUIZ FELIPE PONDÉ)

VOCÊ SABIA que agora existe em Londres o movimento dos sem-iPad? Coitadinhos deles. Quebram tudo porque a malvada sociedade do consumo os obriga a desejar iPads... No passado todo mundo era "obrigado" a desejar cavalos, tecidos de seda, especiarias, facas, tambores, ouro, mulheres...

Prof. Lucas Rocha

Como ficam as pessoas que desejam, não têm, mas nem por isso saqueiam lojas, mas sim trabalham duro? Seriam estes uns idiotas por saberem que nem tudo que queremos podemos ter e que a vida sempre foi dura? Esta questão é moral. Dizer que não é moral é não saber o que é moral, ou apenas oportunismo... moral. Resistir ao desejo é um problema de caráter. Um dos pecados do pensamento público hoje é não reconhecer o conceito de caráter.

Logo existirão os "sem-Ferrari", os "sem-Blackberry", os "sem-Prada" também? Que tal um "bolsa Blackberry"? Devemos criar um imposto para os "sem-Blackberry"? Na Inglaterra, dizem, existem famílias que nunca trabalharam vivendo graças ao governo há gerações. É, tem gente que ainda não aprendeu que não existe almoço de graça.

Mas esse fenômeno de querer desculpar todo mundo da responsabilidade moral do que faz não é invenção de quem hoje justifica a violência em Londres clamando por justiça social na distribuição de iPads. É conhecida a passagem na qual o "homem do subsolo" no livro "Memórias do Subsolo", de Dostoiévski, abre suas confissões dizendo que é um homem amargo. Em seguida, alude à teoria comum de que ele assim o seria por sofrer do fígado. Logo, a culpa por ele ser amargo seria do fígado.

Ele recusa tal desculpa para sua personalidade insuportável e prefere assumir que é mesmo um homem mau. Eis um homem de caráter, coisa rara hoje em dia. Agora, todo mundo gosta de "algum fígado" (a sociedade de consumo, o patriarcalismo, a Apple) que justifique suas misérias morais. O profeta russo percebeu que as ciências preparavam uma série de teorias que tirariam a responsabilidade do homem pelos seus atos. A moda pegou nos jantares inteligentes e hoje temos vários tipos de "teorias do fígado" para justificar nossas misérias morais.

Uma delas é a teoria de que somos construídos socialmente. Dito de outra forma: O "sujeito é um constructo social". Logo, quebro loja em Londres porque fui "construído" para enlouquecer se não tenho um iPad. Tadinho... Tem gente por aí que tem verdadeiro orgasmo com essa bobagem. Não resta dúvida de que há algo verdadeiro na ideia de que somos influenciados pelo meio em que vivemos. Por exemplo, se você nasce numa favela, isso não vai passar "desapercebido" nos seus modos à mesa, no seu comportamento cotidiano e nas suas expectativas e possibilidades na vida.

Mas aí dizer que "o sujeito é um constructo social" é pura picaretagem intelectual. Ninguém consegue ou conseguirá provar isso nunca, mas quem precisa de "provas" quando o que está em jogo são as ciências humanas, que de "ciência" não têm nada. Esse blábláblá não só exime o sujeito da responsabilidade moral, como abre a porta para todo tipo de "experimento" psicossocial, político ou justificativa moral, que, na realidade, serve pra qualquer um inventar todo tipo de conversa fiada em ciências humanas "práticas".

Por que tanta gente adora essa teoria? Suponho que, antes de tudo, o alívio de ser você e coloque a "culpa" de você ser você no pai, na mãe, na escola, na vizinha, na sociedade, no consumo, na igreja, no patriarcalismo, no machismo, na cama de casal, no iPad, no diabo a quatro. Menos em você. Temos aí uma prova de que grande parte das ciências humanas não reconhece o conceito de caráter. Moral é exatamente você resistir a impulsos que outras pessoas, sem caráter, não resistem. Já leu Aristóteles? Kant?

A "culpa" do que hoje acontece em Londres não é do consumo. Homens sempre quebram coisas de vez em quando e querem coisas sem esforço. As causas podem variar. Hoje em dia, seguramente, uma delas é que muita gente está acostumada a um Estado de bem estar social que os trata como bebês. A preguiça, sim, é um traço universal do ser humano.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, agosto de 2011.

A "maldição das expectativas" (FERNANDO VELOSO)

NO ÚLTIMO ARTIGO, mostrei que, apesar do elevado retorno monetário em concluir o ensino médio no Brasil, as taxas de matrícula e conclusão são baixas nesse nível. Uma possibilidade é que os jovens de famílias menos favorecidas tenham baixas expectativas de concluir o ensino médio. Isso, por sua vez, os levaria a abandonar precocemente os estudos. Em livro recém-lançado, "Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty", os economistas Abhijit Banerjee e Esther Duflo discutem essa questão.

Os dois pesquisadores dirigem o Poverty Action Lab no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA, e têm realizado inúmeras avaliações de experimentos sociais ao redor do mundo. Nesses experimentos, dois grupos são sorteados. A avaliação é feita comparando-se os resultados do grupo que foi alvo de determinada intervenção (grupo de tratamento) com os do grupo que não sofreu nenhuma (grupo de controle).

A metodologia de avaliações experimentais tem tido enorme repercussão acadêmica e em instituições multilaterais, como o Banco Mundial. No livro, Banerjee e Duflo utilizam lições dos experimentos para construir uma interpretação da pobreza que permita que sejam desenhadas políticas mais eficazes. Na área de educação, o principal argumento é que os sistemas educacionais de países em desenvolvimento são estruturados de modo a preparar os alunos para os exames altamente seletivos de acesso ao ensino superior. Segundo os autores, isso leva os professores a concentrarem esforços nos melhores alunos e, seja por falta de iniciativa ou de apoio, a não darem a devida atenção aos estudantes que enfrentam dificuldades.

Por sua vez, os pais e os jovens de famílias menos favorecidas não acreditam que vão conseguir avançar nos estudos. Em função disso, acabam desistindo, o que confirma suas expectativas. Isso caracteriza o que Banerjee e Duflo chamam de "maldição das expectativas". Sua recomendação é que os sistemas educacionais passem a ter como objetivo

principal fornecer habilidades básicas para todas as crianças e os jovens. Para isso, devem oferecer acompanhamento individualizado para os alunos com pior desempenho e criar uma cultura de expectativas elevadas.

Nesse sentido, defendem o modelo "No Excuses", citando os exemplos bem-sucedidos das escolas "charter" do Knowledge is Power Program, da Harlem Children's Zone (ambos nos EUA) e os programas educacionais da Pratham, uma ONG da Índia. A principal mensagem é que qualquer criança ou jovem é capaz de aprender se todos fizerem o esforço necessário.

FERNANDO VELOSO, 44, é pesquisador do IBRE/ FGV. fernando.veloso@fgv.br – Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Sexo & Saúde - Os baderneiros de lá podem estar por aqui (JAIRO BOUER)

VOCÊ DEVE ter lido sobre os recentes distúrbios que ocorreram no Reino Unido, onde milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra ações da polícia britânica e, de quebra, acabaram saqueando uma série de estabelecimentos comerciais. Muito se discutiu sobre essa "convulsão social", que deixou boa parte da população inglesa estarecida. Um dado interessante dá conta de que quase metade dos manifestantes era jovem - inclusive muitos menores- e que se organizou pelas redes sociais. As explicações dadas para o fenômeno foram variadas: diminuição dos benefícios sociais por causa da crise econômica, falta de perspectivas para o jovem.

Outros motivos apontados para o ocorrido são crise moral e de valores, modelo consumista, reação dos mais pobres e excluídos a ações da polícia nas periferias das grandes cidades, entre outros tantos. Li alguns textos de políticos brasileiros dizendo que esse fenômeno não aconteceria dessa forma por aqui. Será? Como interpretar arrastões, violências diversas, criminalidade, um trânsito assassino e outros episódios tão comuns envolvendo jovens em nosso país?

Os mais jovens são hoje, por aqui, não apenas causadores de parte de nossa violência e conturbação social, mas, também, vítimas preferenciais dessa mesma violência. De cada quatro mortes envolvendo jovens, três acontecem por fatores evitáveis, com assassinatos e trânsito como os principais responsáveis. Será que as perspectivas são realmente boas para os jovens das nossas periferias? Eles têm emprego garantido? E um salário justo? Há vagas nas universidades públicas ou em colégios técnicos? Quando há, o ensino é de qualidade?

E os projetos de capacitação para os jovens? Há uma rede social básica que os proteja contra violências e drogas? Sem um sonho, sem um projeto de vida e sem algumas proteções mínimas, nosso jovem fica, ou melhor, já está muito mais próximo dos baderneiros ingleses do que se imagina.

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, agosto de 2011.

O século da mulher (NIZAN GUANAES)

NA NOITE DO DIA 13 de setembro, em Nova York, Tina Brown, uma das maiores jornalistas dos Estados Unidos, lança sua Women in the World Foundation. A Fundação Mulheres no Mundo visa mobilizar o mundo em torno dos problemas das mulheres e mobilizar as mulheres em torno dos problemas do mundo.

O que não falta no mundo de hoje são problemas enormes, e em muitos deles a mulher é o caminho mais curto e eficiente para resolvê-los. Como resolver o problema das drogas, da obesidade infantil, da Aids ou da gravidez precoce sem engajar a mulher? Como expandir o microcrédito ou cobrar a melhora da qualidade de ensino sem o apoio da mãe de família? Como controlar a natalidade, questão fundamental num mundo sufocado, sem envolver a mulher? Dos dez maiores problemas da atualidade, na maioria deles a mulher é a solução. É a mulher quem organiza o lar, a família. Promover o desenvolvimento educacional e social da mulher é injetar desenvolvimento e prosperidade na veia.

Como filho, como marido, como padasto e como amigo de grandes mulheres, abraço essa causa com absoluta convicção. O desenvolvimento das mulheres no mundo inteiro é o caminho mais rápido para o desenvolvimento do mundo. E a situação da mulher no mundo ainda é de absoluto desrespeito. Tratadas como bichos e escravas, trancadas em quartos e debaixo de burcas, exploradas sexual e economicamente, humilhadas e reduzidas, as mulheres no mundo estão longe das esplendorosas e emancipadas mulheres do cinema, das novelas ou das revistas de moda.

Flagro-me, às vezes, em piadas sexistas que são fruto de 53 anos e da sociedade onde nasci e cresci. E aquele pequeno Carlos Imperial que há dentro da minha idade só não se desenvolve porque, ao primeiro ato falho, ele apanha da Donata. É munido dessa consciência, desse mea-culpa, e dessa imensa fé no potencial transformador da mulher que me engaja na Women in the World Foundation. Minha mãe, hoje com mais de 80 anos, se formou em engenharia civil em 1957, na Bahia. Foi uma visionária. E seus olhos visionários se tornaram meus.

Mesmo tendo ela nascido no Pelourinho, esses olhos sempre foram globais... E me ensinaram a não ter medo do mundo. Militante de esquerda, minha mãe me ensinou a compreender mais amplamente a história longe do sistema de castas da sociedade aristocrática da Bahia do meu tempo. Ela foi a primeira pessoa a me falar sobre o futuro da China (isso na década de 1970) ou sobre o Peter Drucker, o guru da gestão.

Hoje, ela enfrenta a grande noite do Alzheimer. Mas, se ela já esqueceu de tudo o que ela foi, nunca esquecerei o que ela representa. E, através de mim e de meus filhos, ela deixa sua marca no tempo. Sou eu quem escreve este texto, mas a caligrafia é dela. É por isso que acredito que, cuidando de cada mulher, escrevemos e reescrevemos milhões e milhões de histórias. Mas, para fazermos isso, é preciso mudar o padrão mental de nossa sociedade.

Prof. Lucas Rocha

Independentemente da política partidária (virei ateu nessa área), o Brasil já deu um grande passo na política de gêneros ao eleger uma mulher presidente. E acertarão a publicidade e as marcas que tiverem um entendimento claro da mulher, de seu novo papel e de seu imenso potencial. Dona Maria, a Malu Mulher da base da pirâmide, não quer só os produtos da cesta básica. Dona Maria quer beijar, quer ser jovem, quer unha bonita e o cabelo da Gisele.

E a filha da dona Maria quer falar inglês, trabalhar na Vale ou na Petrobras, ser transferida para uma subsidiária da companhia no exterior e trabalhar num projeto social da empresa para que outros filhos de dona Maria tenham a mesma chance que ela. Entender os anseios da cidadã, da mulher, da mãe, são desafios dos homens públicos, dos empresários, dos homens de marketing e de todos nós, homens em geral. Tenho certeza absoluta de que, se algo pode mudar radicalmente o mundo e transformá-lo em um lugar mais justo e melhor de viver, esse algo é a mulher.

NIZAN GUANAES, publicitário e presidente do Grupo ABC, escreve às terças-feiras, a cada 14 dias, nesta coluna. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Mr. Mad Man - Consultor da série "Mad Men" conta em livro suas memórias de publicitário



O ator Jon Hamm em cena da série "Mad Men", criada por Matthew Weiner

FRANCESCA ANGIOLILLO
EDITORA-ADJUNTA DA **ILUSTRADA**

Quando a secretária da agência publicitária atende o telefonema para Jerry Della Femina, é inevitável imaginar corredores e sua luz fria, com portas resguardadas por zelosas moças e suas máquinas de escrever.

Mesmo que já não seja assim o ambiente do outro lado da linha, é no mundo de "Mad Men" que estamos. Jerry Della Femina escreveu, em 1970, "Mad Men: Comunicados

do Front Publicitário", que agora chega ao Brasil. Quatro décadas depois, suas memórias profissionais o transformariam em consultor da aclamada série de mesmo nome criada por Matthew Weiner.

A história de Weiner - de como ele glamorizou a história de um bando de fumantes inveterados que, liderados pelo misterioso Don Draper, dividiam seu tempo entre sexo, dilemas familiares e slogans - está em outro lançamento, "O Guia Não Oficial de Mad Men". Muito do que o criador da série levou para a tela pode ser reconhecido nas páginas do livro de Della Femina. Como Don Draper, Della Femina foi um homem de passado modesto, espécie de "outsider" no ambiente da publicidade dos anos 1960, que, como o personagem de Weiner, chegou ao sucesso como redator publicitário. O autor compôs o livro com material informal, como quem conta anedotas, encadeando casos divertidos e tragicômicos. "Se soa falado, é porque foi assim que fiz", conta à **Folha**. Della Femina simplesmente ligou o gravador e transcreveu seus "comunicados".

Não há viés analítico ou pretensão de ensinamento. E ri: "Era novo demais para estratégia. Todo mundo ao meu redor queria escrever um livro sobre publicidade, e eu podia fazê-lo, então, o fiz." O autor pondera que boa parte da diversão que via na profissão pode ter sucumbido ao politicamente correto (coisa com que, como o livro comprova, os publicitários da época nem sonhavam). "A gente não tinha como objetivo ganhar dinheiro. Queria se divertir. Era o melhor tempo para a criatividade", diz. E recorda exemplos mais mundanos da "diversão": "Fumava três, quatro maços de cigarro por dia e, vou te contar, era bom", lembra o ex-fumante de hoje.

"Muitas pessoas me procuram dizendo que se tornaram publicitários porque leram meu livro e queriam aquilo. Sinto muito!" Para ele, a nostalgia de que o livro se alimenta também move o leitor e o público da série. "Todos buscam a fantasia. Não quero soar como um velho que lamenta o presente. As pessoas hoje se divertem. Mas fico feliz de ter vivido aquele tempo." Sobre a fidelidade da série a seu tempo, Della Femina faz só um reparo: "Toda vez que Don Draper se deita com alguém, ele sofre. Eu posso afirmar: ninguém sofria!".

MAD MEN: COMUNICADOS DO FRONT PUBLICITÁRIO

AUTOR Jerry Della Femina

EDITORA Record

TRADUÇÃO Dinah Azevedo

QUANTO R\$ 32,90 (288 págs.)

O GUIA NÃO OFICIAL DE MAD MEN

AUTOR Jesse McLean

EDITORA Best Seller

TRADUÇÃO Patrícia Azeredo

QUANTO R\$ 29,90 (288 págs.)

Folha de São Paulo, agosto de 2011.

É só faculdade, gente! (ROSELY SAYÃO)

NESTE MOMENTO, muitos jovens estão preocupados ou ansiosos em demasia com o que os espera no futuro próximo em relação aos estudos. São eles os que irão iniciar o ensino médio no próximo ano letivo e os que estão prestes a terminar o mesmo ciclo. O motivo? A escolha que terão de fazer para o ingresso na faculdade.

Eles acreditam existir um curso -UM!- que dará sentido à vida profissional deles. A escolha que farão terá de ser, portanto, exata, precisa. Não podem errar, não podem vacilar, não podem hesitar. Essa decisão, tomada perto dos 17 anos, deverá ser definitiva. E dá-lhe orientação profissional, vocacional e coisa que o valha. Apesar disso, bem perto dos 45 minutos do segundo tempo, a maioria deles estará indecisa.

E mesmo os que fizerem uma escolha duvidarão dela rapidamente. Cerca de 40% dos universitários desistem do curso que escolheram no primeiro ano da faculdade. O que foi que fizemos com os jovens para que eles caíssem nessa roubada? Contamos histórias fantásticas a respeito da vida adulta profissional, construímos fábulas muito bem estruturadas sobre a vida e o trabalho, apontamos o êxito como meta de vida, associamos prazer no trabalho com felicidade, não é verdade? Isso sem falar no conto da vocação. E eles sofrem com as dúvidas mais do que certas que surgem nessa hora. Claro! Em um mundo com tantas profissões novas somadas às tradicionais mais as já desgastadas etc., o que priorizar?

Depois, como reagimos quando eles entram na faculdade e não conseguem se comprometer mais com os estudos nem dar sentido ao que estão fazendo e comunicam isso de maneira um tanto quanto desajeitada? Sentimos pena deles por terem de fazer uma escolha tão importante na vida assim, precocemente. É por isso que virou moda, na faixa de população com alto poder aquisitivo, fazer o filho tirar um ano sabático antes de escolher a faculdade e prestar o vestibular.

"É um tempo bom para amadurecer", me disse um pai. Mas não é justamente para isso que serve toda a adolescência? Então, por que fizemos tanta pressão nos primeiros anos da vida deles? Por que exigimos que eles rendessem nos estudos na fase em que deveriam brincar? Talvez o sabático seja uma compensação que queremos oferecer em relação aos anos de infância que roubamos deles, não é verdade? O fato é que esses filhos que foram jogados no mundo do conhecimento sistematizado ainda na primeira infância, fortemente poupados da realidade o tempo todo, impedidos de crescer na segunda parte da infância e abandonados aos seus caprichos na adolescência não conseguem nem sequer enxergar o mundo em que eles vivem.

Esse mundo, que muda tão rapidamente, tão pleno de diversidades, complexidades e possibilidades, permite um leque enorme de trabalho dentro de uma mesma profissão. Então, por que tanto drama para escolher um curso? Qualquer curso pode ser feito por qualquer jovem. Qualquer mesmo. De preferência, um que não imponha a ele sofrimento demais considerando suas habilidades, seus interesses e suas preferências pessoais. E depois? Ora, chegada a maturidade, sempre há saídas virtuosas e honrosas para qualquer um. É só uma questão de comprometimento, de responsabilidade consigo mesmo, de esforço e perseverança. Mas tudo isso tem sido uma moeda rara na atualidade.

Vamos facilitar a vida dos mais novos, vamos tornar essa escolha menos importante. Um curso universitário é só um curso, apenas isso. Jamais será definitivo na vida de alguém. Fazer o curso do começo ao fim, com todas as dificuldades, os dissabores e as frustrações encontrados no percurso é que pode ser algo valioso para o amadurecimento do jovem, muito mais do que o curso escolhido. Simples assim.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho" (Publifolha). **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Lei Maria da Penha: cumpra-se! (JANDIRA FEGHALI e MARIA DA PENHA)

EM CINCO ANOS de vigência, a lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, se consolidou como instrumento fundamental para coibir a violência doméstica e punir com mais rigor os agressores. Antes dela, os casos eram julgados pelos juizados especiais e, invariavelmente, os acusados recebiam como pena o pagamento de cestas básicas. A lei definitivamente pegou. Nosso esforço, agora, é para que seja efetivamente cumprida em todos os municípios do país.

A violência contra a mulher desconhece as barreiras geográficas, étnicas, religiosas, de classe ou de instrução. Somente no Brasil, cinco mulheres são agredidas a cada dois minutos. Isso significa que pelo menos 7,2 milhões de brasileiras com mais de 15 anos de idade já sofreram algum tipo de violência doméstica. Para cada cem mulheres assassinadas, 70 o são no âmbito de suas relações.

Por meio de medidas protetivas às mulheres em situação de risco, os agressores considerados mais violentos têm sido afastados do lar. Hoje, a lei é nacionalmente conhecida e conta com pelo menos 85% de aceitação popular. Internacionalmente, a Lei Maria da Penha foi reconhecida pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher como uma das três leis mais avançadas do mundo, entre 90 países que têm legislação sobre o tema. Dados do Conselho Nacional de Justiça comprovam o alcance da lei: em cinco anos, foram 110,9 mil processos sentenciados de um total de 331,7 mil; 1.577 prisões preventivas decretadas; 9.715 prisões em flagrante; mais de 120 mil audiências designadas e mais de 93 mil medidas protetivas concedidas.

É um grande avanço, mas a aprovação dos brasileiros e o reconhecimento mundial ainda resultam insuficientes para assegurar o efetivo cumprimento da lei. Como fruto da herança patriarcal em nosso país, muitas autoridades vêm se recusando a aplicá-la. O preconceito contra a lei é reflexo do preconceito de gênero. Além disso, grande parte dos avanços que a lei trouxe precisa de investimentos. O texto obriga à criação de centros de atendimento psicossocial e jurídico, casas-abrigo, delegacias especializadas, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde, centros especializados de perícias

Prof. Lucas Rocha

médico-legais, centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Essa estrutura precisa ser priorizada no Orçamento e não pode ser alvo de cortes. Para tanto, foi aprovada emenda à Lei de Diretrizes Orçamentária de 2012 incluindo o programa de combate à violência doméstica contra a mulher no rol das ações não contingenciáveis. Não é característica de um país avançado apresentar altos índices de violência contra a mulher.

País desenvolvido é também país pacífico, que respeita seus cidadãos e cidadãs, como destaca a campanha Mulheres e Direitos, realizada no âmbito das Nações Unidas em parceria com diversas entidades, dentre as quais o Instituto Maria da Penha. Para que uma lei tão importante como essa seja realmente cumprida, o poder público deve atuar em harmonia. Não basta apenas existir, ela precisa ser plena e corretamente aplicada em todos os locais do nosso país.

Por um país menos violento e mais respeitoso com suas mulheres, fica aqui o nosso apelo: Lei Maria da Penha - cumpra-se!

JANDIRA FEGHALI é deputada federal pelo PC do B -RJ e relatora da Lei Maria da Penha. **MARIA DA PENHA**, é farmacêutica bioquímica, mestre em parasitologia pela USP, vítima. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

O Brasil na TV por assinatura (MANOEL RANGEL)

A APROVAÇÃO do novo marco regulatório da TV paga é uma dessas decisões que moldam o futuro e aceleram o tempo. O PLC nº 116 é a primeira norma brasileira sobre comunicação realmente convergente.

A nova lei encara a imensa transformação ocorrida no mundo do audiovisual e das telecomunicações, remove barreiras à competição, valoriza a cultura brasileira, propõe nova dinâmica para produção e circulação de obras audiovisuais e, sobretudo, fixa base conceitual leve e consistente, capaz de orientar o desenvolvimento das duas áreas na próxima década. De iniciativa parlamentar, o PLC nº 116 foi exaustivamente debatido no Congresso nos últimos cinco anos. Nasceu da aglutinação de cinco projetos de lei diferentes e foi enriquecido por sete audiências públicas, quatro comissões parlamentares e mais de cem encontros com agentes econômicos e sociais.

Exemplo do alto grau de convergência alcançado foi a atuação persistente e solidária de parlamentares de todos os matizes políticos, vinculados ao governo e à oposição. O conflito dos interesses e a aridez do tema foram enfrentados com desassombro, por meio do debate polêmico e muitas vezes duro. Mesmo que persistam divergências, o resultado final preserva o interesse público e foi fruto de negociação e superação de visões extremas e particularistas.

Quais são os ganhos para o cidadão? A TV por assinatura no Brasil vai se expandir. Os serviços chegarão a mais brasileiros. Haverá maior número de competidores na distribuição e na programação. Com mais competição, os preços cairão. A programação ofertada se diversificará não apenas pela expansão do serviço. Haverá mais oportunidades para os programadores, mais canais e maior procura por conteúdos diferenciados. Teremos mais obras audiovisuais brasileiras, ao lado das estrangeiras, e maior pluralidade na programação.

Esse novo mercado de conteúdos será estimulado por recursos da própria atividade, que possibilitarão investimentos na produção de obras independentes em todas as regiões do país em parceria com os canais e com as emissoras de TV. O Brasil poderá se ver e se ouvir em larga escala, com todos os seus sotaques e com todos os seus modos de criar, fazer e viver, como orienta a Constituição. Todos esses ganhos para o cidadão trarão reflexos cruciais ao desenvolvimento do Brasil. A expansão do serviço de TV paga exigirá investimentos maciços nas redes, necessários à expansão e ao barateamento da oferta de banda larga. A parceria com as emissoras dinamizará polos de produção audiovisual, criará demandas para as produtoras independentes e fortalecerá as empresas brasileiras de comunicação, criando sinergias propícias a uma maior presença da produção audiovisual nacional no Brasil e à internacionalização das nossas empresas, carregando a nossa língua e a cultura brasileira.

Todas essas oportunidades combinam-se ao momento especial de crescimento da nossa economia, incorporando mais brasileiros à cidadania e ao mercado, mesmo em meio à crise global. Combinam-se ainda à extraordinária criatividade e ao talento dos brasileiros. Nessa mescla, na marcha veloz do Brasil para ocupar seu lugar no mundo, se darão as condições para que sejamos nós os construtores da nossa própria imagem.

MANOEL RANGEL, 40, é diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema. **Folha de São Paulo, agosto de 2011.**

Os ricos não sofrem nem falam (CLÓVIS ROSSI)

ALÔ, ALÔ bilionários brasileiros na lista da revista Forbes: deem uma olhadinha, por favor, no apelo de seus colegas da lista francesa da Forbes para que sejam devidamente tributados. Sigam o exemplo, porque a iniquidade tributária não é produto francês, mas universal, inclusive e principalmente nestes tristes trópicos. Há abundantes dados para mostrar como é correta a decisão do governo francês de impor uma taxa "excepcional" aos ultraricos. Errado é fazê-la valer só uma vez, quando a iniquidade é permanente, não circunstancial. A decisão foi anunciada um dia depois de que as "vítimas" puseram a corda no próprio pescoço.

Posto de outra forma, em vez de o governo identificar um problema e atacá-lo, esperou que os beneficiários da iniquidade vestissem a carapuça para só depois atuar. Vamos aos dados. A regra de ouro de qualquer sistema tributário é simples: quem mais tem paga mais. Muito bem: na França, o 0,1% dos mais ricos paga uma alíquota de imposto de renda de 20,5%. Já a fatia de cima, o 0,01% ainda mais rico, paga menos (17,5%). E aquela meia dúzia (ou 0,001%) de ultra-

ricos contribui com apenas 15%. É diferente no Brasil? Não, comprova estudo do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) divulgado faz pouco mais de três meses. Por ele, verifica-se que "as mansões pagam menos impostos que as favelas e estas ainda não têm serviços públicos como água, esgoto e coleta de lixo", como disse Marcio Pochmann, presidente do Ipea, no lançamento do estudo.

Em números: os 10% mais pobres da população separam 32,8% de sua renda para pagar impostos diretos e indiretos. Para os 10% mais ricos, a participação é de 22,7%. Esses dados ajudam a entender por que o topo da pirâmide se apropria de 75,4% da riqueza nacional. A decisão do governo francês, embora correta, peca por deixar de lado uma proposta (a de taxação dos movimentos financeiros), que vira e mexe entra na agenda internacional - e sai rapidamente porque os governos não têm coragem de enfrentar o que os argentinos chamam, apropriadamente, de "pátria financeira".

O inchaço dela é outra anomalia do capitalismo contemporâneo, a ponto de ter capturado, nos últimos 10 anos, 41% de todos os lucros do setor privado norte-americano, conforme dados esgrimidos por Moisés Naím, agora colunista desta **Folha**, no tempo em que escrevia apenas para "El País". Naím citou Simon Johnson, economista do Instituto Tecnológico de Massachusetts (EUA), que afirma que apenas seis conglomerados financeiros controlam ativos equivalentes a 60% da economia dos Estados Unidos.

Se valesse mesmo o critério lógico e óbvio de que quem ganha mais paga mais, o setor financeiro teria que dar uma contribuição forte para as arcas públicas, aliviando o sofrimento das classes médias, aposentados e funcionários públicos, que estão levando o peso maior do ajuste fiscal em curso em vários países da Europa. Por falar em classe média, é ela que, no Brasil, suporta o maior peso impositivo, em termos absolutos, E fica tudo por isso mesmo.

crossi@uol.com.br - Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Antipolítica (CONTARDO CALLIGARIS)

CERTA VEZ, uma mulher me disse que não deixaria de gostar de mim, mesmo se eu perdesse o cabelo, engordasse absurdamente e mudasse de fé ou de lugar de residência. Mas ela deixou claro que, caso eu me tornasse um político, ela se separaria de mim, no ato. Essa mulher é brasileira, mas poderia ter sido italiana. Brasileiros e italianos compartilham, hoje, uma paixão antipolítica.

A ideia antipolítica mais difusa é a convicção (recente na Itália e endêmica no Brasil) de que o exercício da política é indissociável da corrupção - com seu cortejo de alianças oportunistas, mentiras etc. Fora a ojeriza moral, a consequência dessa convicção é a seguinte: de repente, o único projeto republicano válido parece ser a luta contra os corruptos. Ou seja, no governo, os apetrechos da política (planos, visões ou competências) são inúteis, apenas precisamos de pessoas honestas.

A antipolítica da corrupção cria uma nova unanimidade. Para o cidadão comum, ela é lisonjeira: se os políticos parecem ser todos corruptos é porque nós, na sociedade civil, devemos ser todos honestos, não é? Para os políticos, denunciar a corrupção de sua própria classe é mais fácil do que conceber e colocar em ato ideias sociais e econômicas inovadoras. Com isso, a antipolítica reconcilia a nação, as classes e os partidos: vivemos enfim numa comunidade de (todos) indignados contra os políticos (todos) corruptos. Na Itália, o Partido Comunista da época de Berlinguer (inclusive nas regiões que governava) era considerado, mesmo por seus adversários, como uma reserva ética. Os comunistas podiam ser acusados de comer criancinhas, mas ninguém imaginava que, uma vez no poder, eles seriam como os outros. Ora, a partir de 1991, quando o partido se desfez, as siglas nas quais ele confluía (compostas cada vez mais de políticos profissionais e cada vez menos de militantes) foram partidos como os outros.

O caso do PT, no Brasil, não foi muito diferente. As alianças de governo e sobretudo o mensalão acabaram com a ideia de que o Partido dos Trabalhadores representasse uma reserva ética dentro da política. Conclusão: como quer a antipolítica, políticos são todos iguais e reserva ética só existe na sociedade civil.

Quanto a mim, oscilo: acho que a arte de governar não deveria se resumir num trabalho de polícia, mas será que, hoje, é possível qualquer política sem um saneamento moral prévio?

A corrupção generalizada não é o único argumento da antipolítica. A desconfiança de discursos políticos fanfarrões e abstratos (que, ao longo do século 20, sacrificaram milhões) pede que eles sejam substituídos pelo cuidado com os problemas concretos, numa espécie de ativismo direto, sem projetos globais, sem representação e sem delegação. Aqui também a antipolítica ganha uma simpatia suprapartidária e interclassista.

Acabo de ler um conto de Piero Colaprico, "Arrivano i NAM", publicado pelo "Corriere della Sera", no qual ex-militantes da luta armada dos anos 1970 e 1980, tanto esquerdistas como fascistas de extrema direita, unem-se, hoje, para criar um grupo que organiza linchamentos e punições como no passado, só que contra alvos comuns, que não são mais inimigos ideológicos, mas pessoas que concretamente estragam a convivência civilizada de todos na cidade.

Os NAR, Nuclei Armati Rivoluzionari, são assim substituídos pelos NAM, Nonni Armati per Milano, ou seja, os avós armados para Milão, vigilantes defensores da ordem e da justiça miúdas e concretas.

Concordando com a antipolítica, entre os NAR e os NAM, talvez eu prefira os avós, os NAM. Se hesito um pouco, é porque receio que, à força de cuidar apenas do concreto imediato, a gente acabe perdendo a capacidade de pensar mundos realmente diferentes.

Em suma, não sei interpretar a antipolítica. Talvez ela seja o sinal de uma nova forma de domínio, que nos induz a aceitar nosso "sistema" e pedir apenas gestões mais honestas e mais concretas. Talvez, ao contrário, ela seja uma revolta

contra a política tradicional, capaz, a longo prazo, de redefinir nossa visão do que é política.

Questões. A Primavera Árabe me parece ser um evento político no sentido tradicional. Mas os jovens protestatários do Chile e ainda mais os saqueadores de Londres foram o quê? Antipolíticos?

ccalligari@uol.com.br - Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Viagem ao passado (DRAUZIO VARELLA)

NASCI NO Brás durante a Segunda Guerra Mundial. Não havia outro bairro que encarnasse a quintessência da vida paulistana daquele tempo: imigrantes italianos, portugueses e espanhóis, operários e casas de cômodos. As ruas eram de paralelepípedos, cinzentas como os muros das fábricas. Para achar uma árvore era preciso andar até a igreja de Santo Antônio, em que meus pais e meus tios casaram e batizaram seus filhos.

Meu avô paterno emigrou sozinho para o Brasil com a sabedoria dos 12 anos de idade. Nos ombros, a responsabilidade de enviar dinheiro à mãe e aos irmãos mais novos, que haviam acabado de perder o pai na Galícia, norte da Espanha. Em São Paulo, casou com uma conterrânea e tiveram três filhos. Homem à antiga, proibiu minha avó de falar espanhol em casa, com medo de que os filhos um dia quisessem mudar para o país ibérico.

Meus avós maternos chegaram jovens e nunca mais retornaram a Portugal. Ele, baixo e atarracado, tinha uma escrivaninha com tampo de correr e uma caligrafia bordada que lhe havia garantido o posto de telegrafista no glorioso Corpo de Bombeiros. Ela, mulher de presença forte, andava sempre de preto. Todo fim de tarde, entretida com o bordado, ouvia as poesias de Bocage e os romances de Eça de Queiroz que o marido lia em voz alta.

Minha infância foi marcada pelo futebol na calçada da fábrica em frente de casa, pelos operários que saíam cedo com a marmita, pelas mães que berravam o nome dos filhos na hora das refeições e pelas brigas das mulheres nos cortiços aos domingos, ocasião em que se tornava mais acirrada a disputa pela posse do tanque, do varal e do banheiro coletivo. Por descender de imigrantes que romperam laços com a península Ibérica, jamais tive nenhum compromisso com seus países de origem. Com exceção da afinidade cultural transmitida pelos costumes familiares, nunca me passou pela cabeça que, além de brasileiro, eu pudesse estar associado a outra nacionalidade.

Muitos anos atrás, fui ver "Bodas de Sangue", filme do espanhol Carlos Saura. Fiquei espantado diante daqueles bailarinos esguios com o mesmo tipo de calvície que eu e com a semelhança física entre eles e as pessoas que frequentavam a casa dos meus avós. Evidentemente, meus genes chegaram até mim graças à competição e à seleção natural que deu origem aos povos ibéricos. Consciente dessa aventura evolutiva, estive há pouco tempo em Portugal e no norte da Espanha. Não existe comparação entre a vida nesses lugares e aquela que forçou meus avós a emigrar. A adesão à Comunidade Europeia revitalizou a economia, tornou as cidades seguras e bem cuidadas, criou empregos e mecanismos sociais para amparar os mais frágeis.

Se no início do século passado esses países dispusessem de tais recursos para proteger seus agricultores, meus avós teriam permanecido em suas aldeias. Nessas circunstâncias, caro leitor, quem sairia prejudicado? Este que vos escreve. Primeiro, porque meus pais teriam vivido a quilômetros de distância um do outro, circunstância pouco favorável à minha concepção. Depois, porque, ainda que tal encontro porventura ocorresse, eu não teria experimentado as alegrias e agruras de ser brasileiro.

Você argumentará que eu não viveria num país com tanta desigualdade, corrupção institucionalizada, impunidade, falta de educação e violência urbana.

É verdade, nos países ricos esses problemas são incomparavelmente menos graves, mas há outro lado: eles estão empenhados em manter a qualquer preço o bem-estar já conquistado. O futuro deles é lutar pela preservação do passado, enquanto o nosso está em construção. Entre eles, as relações humanas são mais cerimoniosas, e o cotidiano, repetitivo e previsível. Não lhes sobra espaço para o inesperado, o encontro com a felicidade exige planejamento prévio: o e-mail para visitar um irmão, as férias na praia em 2014, o ingresso para um espetáculo que acontecerá dez meses mais tarde. A vida lá não pulsa como aqui.

Organização, serviços públicos de qualidade, leis rigorosas e aposentadorias decentes são privilégios que asseguram conforto e segurança, bens invejados pelos que não têm acesso a eles, mas que não parecem trazer alegria aos povos que deles desfrutam.

Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Meu inferno é mais interessante (GILBERTO DIMENSTEIN)

A CIDADE ONDE MORO não é um paraíso. Mas, se lá não fizesse tanto frio e houvesse praia, estaria perto disso. Ao norte de Boston, Cambridge tem apenas 100 mil habitantes, é cercada de jardins; suas calçadas são largas -carro não faz a menor falta. Não há violência nem atropelamentos. Nesse ambiente, Harvard e MIT atraem gente inovadora de todo o mundo, disposta a inventar ou a reinventar alguma coisa: do tratamento do câncer ao comércio eletrônico, passando pela bateria para mover carros elétricos.

Por causa da inovação, o desemprego quase não é assunto. Grandes empresas (como o Google) montaram ali

Prof. Lucas Rocha

centros de pesquisas. Se aquela paz cansar, rapidamente se chega a Nova York de trem - ou se pode ir caminhando por Boston. Fiquei seis meses longe de São Paulo, que, na comparação, remete à imagem do inferno urbano. Um olhar um pouco estrangeiro nos faz ver melhor.

Na noite em que cheguei a São Paulo, um jovem foi atropelado perto da minha casa por um Land Rover. Todas as semanas, via notícias sobre vítimas nos bairros nobres, de professores a publicitários. Jornais falavam do recorde de assaltos a caixas eletrônicos e até de arrastões promovidos por crianças.

A informação que melhor define o ambiente estressante da cidade está numa pesquisa da Unesp: 40% dos seus habitantes sofrem de distúrbios do sono. A insônia -fruto da ansiedade, da depressão e de outras fobias urbanas- não escolhe gênero nem classe social. Apesar de tudo, tenho a certeza de que meu inferno é mais interessante do que o paraíso dos outros. O encantador da cidade é a emoção que se encontra na resistência, no estilo guerra de guerrilha contra a barbárie.

Nestes dias em São Paulo, conheci um ex-morador de rua (Robson Mendonça) que entrega livros pelo centro da cidade pedalando uma biblioteca, batizada de "bicicloteca". Conversei com Antônio Miranda, o motorista de táxi e fotógrafo amador que criou a Bibliotáxi, citada como exemplo no site da Associação Americana de Bibliotecas. Descobri motoboys que passaram a entregar livros pela cidade. Foi lançado, na cidade, um programa de inovação educacional a ser desenvolvido na Universidade Stanford (Califórnia) para ajudar a repensar o modo de ensinar nas escolas públicas. Um dos envolvidos no projeto é Paulo Blikstein, ex-aluno da Poli-USP, que acaba de receber um importante prêmio americano de estímulo à pesquisa.

No mesmo dia em que era lançado o programa, saía a Plataforma de Cidades Sustentáveis, elaborada pelo Movimento Nossa São Paulo e pelo Instituto Ethos. Com exemplos internacionais, é um roteiro do que é necessário para uma comunidade ser civilizada. A ideia é realizar, a partir de São Paulo, uma ação nacional. Na sexta, o Nossa São Paulo decidiu apoiar um aplicativo batizado de Cidade Mais Feliz, para estimular a população a manifestar-se sobre os problemas que testemunha.

Jovens da Casa de Cultura Digital levantaram recursos para o projeto de um ônibus-hacker, que vai visitar bairros e cidades para ensinar como se extraem e se analisam números dos orçamentos públicos, às vezes camuflados pelos governantes. Abalados com os atropelamentos, jovens de classe média saíram às ruas, com uma linguagem mais simples que a das autoridades, para tentar civilizar os motoristas. Graças a jovens de classe média, no final da década de 1990, a cidade mobilizou-se pelo desarmamento - e obteve bons resultados. Na quinta, segundo anúncio oficial, a taxa de homicídios na cidade, nos sete primeiros meses do ano, comparados ao mesmo período do ano anterior, foi 26%.

Longe dos bairros nobres, de Heliópolis desenvolveram uma experiência para se comunicarem com outros jovens a fim de evitar o abuso do álcool. Os resultados, medidos por pesquisadores independentes, fizeram com que o projeto servisse de inspiração para um plano de saúde, anunciado no início do mês, para atingir milhares de escolas públicas.

Está prevista para hoje uma manifestação contra a violência, promovida por moradores do Morumbi, onde existem desconfianças em relação à favela de Paraísoópolis, localizada no meio no bairro. Gilson Rodrigues, um jovem líder daquela comunidade está aproveitando o dia para propor que se construam pontes de diálogo entre os moradores do bairro. Gilson batalha há anos para criar uma sala de concertos.

Seria capaz de escrever páginas sobre as pequenas gentilezas urbanas que encontrei nessas semanas. Não são suficientes para acabar com o inferno urbano, mas são um desfile de emoções. Por isso, meu inferno é mais interessante do que o paraíso dos outros. E, tentando chegar ao aeroporto, começo a sentir saudades.

Folha de São Paulo, agosto de 2011.

Uma palavra sobre a palavra vida (MÁRCIA TIBURI)

No atual estágio histórico em que pensamento e moral compõem dois lados de uma única banda torna-se impossível ler, dizer ou ouvir a palavra vida sem cuidado filosófico – pelo menos para quem deseja ser justo com o conhecimento preservando, pela busca, a possibilidade de sua realização. Não é possível alegar ingenuidade sobre a questão quando o termo vida foi capturado por toda sorte de ideologias, o que exige que sobre ele se opere uma desmontagem crítica. A disputa sobre o termo vida corresponde na ordem do discurso ao que para além do discurso se dá com a própria vida que, sob a palavra, é ocultada. Não querendo reeditar apressadamente nenhum nominalismo como crítica do discurso, é necessário hoje prestar atenção se já não estamos vivendo uma nova era nominalista em que a posse do nome define a posse sobre a possível verdade das coisas. Quem sabe o que é a vida como uma verdade para além de todas as possíveis definições? Esta verdade talvez não exista, mas aquele que a controlar saberá do seu império no tempo. Por isso, muitas disputas conceituais hoje, na verdade são disputas políticas. Saber é poder mais uma vez. Hoje, porém, poder, mais que nunca, é dizer. Quem não souber das disputas ideológicas corre o risco de parar de pensar por conta própria ao simplesmente aderir a falas prontas facilmente encontráveis no mercado das crenças.

A vida, portanto, precisa hoje, ser analisada como uma questão de discurso. A captura da palavra vida - sabem os que manipulam o discurso ou dele se valem num contexto comunicativo – define a intenção da captura da própria vida. Da vida enquanto é capturada pela palavra como ordem simbólica que impera sobre o real. A relação entre as palavras e as coisas ainda está na ordem do dia. Em outras palavras, quem puder definir vida, saber-se-á seu dono e senhor, assim dos poderes a ela associados. A tarefa hoje é reler a palavra buscando entender em que medida ela se tornou lugar da verdade

sobre a qual sempre se disputa no discurso.

O poder do discurso, entendido como fala pré-estabelecida em nome da verdade, advém de seu ocultamento como tal. Em outras palavras, fala-se da vida como se estivesse a falar da própria coisa, e não de uma palavra que, ela mesma, é já conceito e, como tal, sempre elaborado, re-elaborável e passível de discussão. A palavra, por mais que se agregue à coisa, que se diga *em nome de* algo, não é a própria coisa à qual alude ainda que as próprias coisas precisem dela para chegar à cultura. Por isso, nos dias atuais, enganamo-nos ao discutir a vida – este amplo e inespecífico conceito que vai da natureza à cultura, da mera vida às suas formas e que como idéia é aquilo dentro do que estamos. Disputamos quem vence no contexto da crença para saber quem deterá o poder dos que podem crer (seja no que for que creiam, na ciência ou na religião). A pergunta a ser feita neste momento histórico é – para além do sexo dos anjos, da alma das mulheres ou da “vida” dos embriões – se poderíamos discutir o conceito de vida sabendo que se trata apenas de um conceito e, assim, ultrapassar a retórica e o desejo de persuadir e libertar a verdade à qual apenas uma disputa honesta de conceitos poderia nos levar. A questão seria precisar em que sentido a palavra é usada a cada vez que, como uma bandeira, é erguida em nome de guerra ou de paz.

Por isso, é preciso falar com cuidado e pressupor o próprio ato de fala como algo que merece análise. Portanto, usar a palavra vida supondo a ingenuidade de quem não imagina o seu lugar entre outros tantos conceitos é má-fé. Não é possível participar de uma discussão sem demonstrar o pressuposto a partir do qual se fala. Ninguém pode pensar filosoficamente, ou seja, em sentido analítico e crítico, ou dialético e crítico, sem definir com máxima exatidão o uso do termo que, historicamente, se constrói como um conceito dos mais complexos e sobre o qual as disputas mais acirradas se travam. Supor esta ingenuidade ou falar a partir dela é sempre a primeira estratégia de quem, cinicamente, não quer se enfrentar com argumentos, de quem quer afirmar suas idéias pondo-se como inimputável numa disputa. Quando digo a outrem que sei o que é vida enquanto ele não sabe, se afirmo que detenho a verdade sobre um conceito enquanto ele não, estou falsificando o meu próprio lugar como sujeito de discurso, que se afirma a partir de pressupostos culturais e formais que organizam o discurso. Se afirmo que sei imediatamente o que é a verdade, já me coloco como seu possuidor e exijo uma postura de atenção. A mesma atenção que me esquivo de ter com a possível postura de outrem. A melhor arma numa disputa em que algum nível retórico está em jogo nem sempre é a autoridade, mas a ignorância. Esperto é quem sabe usar a postura do burro como plano de argumento.

A palavra “vida” encontra-se neste lugar especial na atualidade, lugar que, a qualquer momento, é ocupado por qualquer palavra com a qual se deseje entabular a verdade. A questão hoje apenas pode ser refletida por uma teoria do “Estado de exceção da linguagem” por meio da qual se investigue o modo como se pretende, na ordem do discurso, se capturar a verdade e decidir sobre ela por meio da captura de uma palavra. O poder do discurso situa-se na palavra tomada como arma de decisão. Ao sacralizar a palavra “vida”, afirmando que falar dela ou contra ela é uma blasfêmia ou heresia, espera-se sacralizar a própria vida à qual a palavra se refere como se, por meio da palavra, já se tivesse decidido sobre a coisa. Apenas uma teoria organizada sob a tese de que a linguagem, como parte de toda estrutura política, está sitiada por uma ordem que oculta seu próprio funcionamento, que a linguagem, como o corpo está “capturada fora”, incluída e excluída como no mesmo mecanismo do estado de exceção, é que se compreenderá o que se diz e o que se quer com isso ao pronunciar a palavra vida.

Ela está na ordem que faz do discurso a verdade. Duas posturas são visíveis nos dias de hoje. A daqueles que ainda enfrentam o potencial conceitual da palavra, o que se pode dizer por meio dela, ou o que ela pode significar em relação ao real. Tratam da palavra vida como uma palavra junto de outras. Compreendem-na como inserida na ordem do discurso à qual é preciso sempre prestar atenção. Por outro lado, há aqueles que falam dela como uma exceção.

Revista CULT, agosto de 2011.

Lucas Rocha